

## Prezados:

Iniciamos nosso informativo do mês de Novembro com a matéria do departamento fiscal, apresentando o conceito da contabilidade como a medicina empresarial.

Seguimos com o matéria do departamento contábil sobre a relevância da contabilidade na Lei de Recuperação e Falências.

Apresentamos também o material apresentado pelo departamento Pessoal referente ao 13º salário e algumas informações relevantes.

Como finalização apresentamos as tabelas atualizadas e as obrigações e vencimentos para o mês de novembro.



Clóvis da Rocha  
Diretor

Acesse pelo QR Code  
nosso site e fique por  
dentro de mais  
conteúdos.



## Contabilidade e a medicina empresarial

De acordo com a literatura, a **contabilidade surgiu antes mesmo da escrita** como a conhecemos, seus primeiros indícios remontam remontan desde o início da civilização humana e da necessidade de controle do patrimônio.

Com o passar dos anos, a contabilidade começou a ser considerada como a **ciência que estuda as alterações patrimoniais**, porém diferente do que muitos pensam, a contabilidade não é uma ciência exata, mas na verdade uma **Ciência Social**, uma vez que as alterações patrimoniais ocorrem por ação humana.

Um contador **não é necessariamente um profissional que domina operações matemáticas**, mas sim **aquele que interpreta os números**, e a partir disso propor **soluções para o sucesso dos negócios**.

Na história do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, tornou-se necessário a criação do Tesouro Nacional, que por sua vez era composto por um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação de impostos no país. **Tal fato desvirtuou a real função da contabilidade**, passando a ser vista como uma atividade obrigatória para o cumprimento das obrigações fiscais.

Ainda nos dias atuais é muito comum associarem o contador como um profissional responsável pelo cumprimento das obrigações burocráticas e que a sua função é exclusivamente a manutenção da regularidade fiscal das empresas.

Com os avanços tecnológicos dos dias atuais, os aspectos fiscais e burocráticos deixam de ser **a atividade principal da contabilidade**, fazendo com que as ciências contábeis voltem a ter o papel destaque da interpretação de números e apresentação de informações seguras para a tomada de decisões.

O **professor Antônio Lopes de Sá (1927-2010)**, autor de diversos livros sobre ciências contábeis, conceituou o contador como **"médico das empresas"**, uma vez que a sua real função é, **a partir dos relatórios econômicos e financeiros, apresentar alternativas para manter a saúde financeira das empresas**.

Para que uma empresa **possua os melhores resultados**, é preciso entender e controlar custos e despesas, e para avaliar a lucratividade (e principalmente melhorá-la) é necessário avaliar os relatórios contábeis. Para ampliar as atividades, lançar um novo produto/serviço, ou qualquer outra atitude em busca de crescimento, uma empresa deve estar amparada em informações seguras. Para todas essas decisões, a segurança advém de uma **correta interpretação dos relatórios contábeis**, logo estes relatórios por analogia são similares a **exames que um médico solicita para diagnosticar um paciente**.

Fonte: [contabeis.com.br](http://contabeis.com.br)  
Texto: Dione Kunrath  
Departamento Fiscal

**Carazinho**  
Avenida Flores da Cunha, 2455, Conj. 01  
Centro - Carazinho/RS - 99500-000  
54 3331.1225

**Porto Alegre**  
Av. Independência, 925 - Sala 1205  
Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS - 90035-076

**Atendimento**  
Segunda a Sexta-Feira  
8h às 12h - 13h30min às  
18h15min

CRC/RS006664/O-4  
CNPJ: 11.468.382/0001-07

## A relevância da contabilidade na Lei de Recuperação e Falências

**Nenhum empreendimento é imaginado em seu fim**, ao longo do caminho, **inúmeros são os desafios** que testam a capacidade das empresas para gerar fluxo de caixa e manter seus negócios. **Momentos de dificuldades são comuns nas sociedades empresariais.**

É certo que o estado deve prover meios para que os agentes econômicos tenham a oportunidade/chance de reverter esses quadros. **A Lei nº 11.101/2005 (LREF)** regula o processo de recuperação judicial, extrajudicial e a falência de empresários e da sociedade empresária. Tal lei atribuiu um **papel mais relevante à contabilidade nos processos de insolvência**, tornando-a peça fundamental no movimento de superação da situação econômico-financeira, a fim de preservar a continuidade das empresas, a manutenção dos empregos e o estímulo à atividade econômica.

As demonstrações contábeis são requisitos de instrução, além de outros documentos, da petição inicial da **recuperação judicial (Art. 51)**, da **requisição de falência (Art. 105)**, e da homologação do **plano de recuperação extrajudicial (Art. 163)**, e as informações contábeis relativas a receitas, a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por um contador habilitado **[1]**.

Importante salientar que as demonstrações e relatórios gerenciais se referem aos **três últimos exercícios sociais**, além das especialmente levantadas para os processos de insolvência.

**Em caso de recuperação extrajudicial, são elas:**

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado acumulado (do último exercício);
- Relatório de projeção de fluxos de caixa e demais livros contábeis obrigatórios;
- Registros contábeis de cada transação pendentes.

**Em casos de insolvência de microempresas e de pequeno porte**, a Lei consigna que a documentação contábil seja apresentada de forma simplificada.

**Qual a finalidade das peças contábeis?**

O **objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas** da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade **[2]**.

De forma clara é possível ver como a documentação contábil é necessária não só na abertura dos processos de insolvência, mas no curso das instruções, como determinado no **parágrafo primeiro do Art. 51**:

"Os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, na forma e no suporte previstos em lei, permanecerão à disposição do juízo, do administrador judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado."

Em outro plano, não menos importante, a contabilidade se mostra relevante em caso de **prática de crimes tipificado como fraude a credores [3]**, quando determinadas práticas contábeis (ou falta delas) provocam o aumento de pena do agente, se este:

- I** - Elabora escrituração contábil ou balanço com dados inexatos;
- II** - Omite, na escrituração contábil ou no balanço, lançamento que deles deveria constar, ou altera escrituração ou balanço verdadeiros;
- III** - Destroi, apaga ou corrompe dados contábeis ou negociais armazenados em computador ou sistema informatizado;
- IV** - Simula a composição do capital social;
- V** - Destroi, oculta ou inutiliza, total ou parcialmente, os documentos de escrituração contábil obrigatórios.

A LREF **tipifica como crime a chamada "contabilidade paralela"** e a **distribuição de lucros ou dividendos a sócios e acionistas** entre o período de pedido até a aprovação do plano de recuperação judicial. O **Art. 178** tipifica como crime de **"Omissão dos documentos contábeis obrigatórios"** a conduta de deixar de elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos de escrituração contábil obrigatórios.

Com base nos dispositivos da LREF é possível concluir que a disposição de um sistema de **contabilidade regular**, se revela como requisito essencial para que as empresas se beneficiem dos instrumentos da Lei.

**[1]** - Art. 48, § 5º da LREF.

**[2]** - Item 3.2 do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual.

**[3]** - Art. 168. Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.

## Pagamento do Décimo Terceiro Salário

É direito de todos os trabalhadores urbanos e rurais o pagamento anual da gratificação natalina, mais conhecida como 13º salário. O valor do 13º salário, corresponderá a 1/12 por mês de serviço do ano correspondente, considerando-se mês integral a fração igual ou superior a 15 dias de trabalho, no mês civil, tendo como base a remuneração devida em dezembro.

Para os empregados que foram admitidos a partir de 17 de janeiro do ano em curso ou para aqueles que, durante o ano, não permaneceram à disposição do empregador durante todos os meses, (tiverem meses não trabalhados, seja em virtude de faltas injustificadas, ou afastamento previdenciário por exemplo), terão direito ao 13º salário de forma proporcional.

Para os empregados que tenham salários variáveis, tais como os empregados que recebem por hora, por dia, comissões, horas extras, adicional noturno, entre outras verbas variáveis, é necessário realizar o ajuste da parcela variável do 13º salário.

Como o 13º salário é pago com base nas médias calculadas até o mês anterior ao do pagamento, na prática não é possível incluir as variáveis referente ao mês de dezembro no cálculo, uma vez que o pagamento deve ser realizado em dezembro.

Sendo assim, o ajuste da parcela variável do 13º salário, é o recálculo da 2ª parcela incluindo as variáveis do mês de dezembro, ou seja, trata-se de uma recomposição do cálculo, pagando a diferença como ajuste do 13º salário.

O valor do 13º salário deverá ser pago, obrigatoriamente, em duas parcelas. Isso porque, não há amparo legal que permita realizar o pagamento do 13º salário de uma só vez, ou seja, em parcela única. O adiantamento do 13º salário (primeira parcela) deve ser realizado em qualquer data entre os meses de fevereiro a novembro de cada ano. A segunda parcela deverá ser paga até dia 20 de dezembro.

**Incidências de impostos sobre o décimo terceiro salário:**

**INSS:** A incidência de INSS será sobre o valor bruto da última parcela da gratificação natalina (2ª parcela do 13º salário). A gratificação natalina deverá ser tributada separado da folha mensal de dezembro, e recolhido até o dia 20 de dezembro conforme determina o § 1º do artigo 216 do Decreto nº 3.048/99.

**FGTS:** O FGTS incidirá na competência do pagamento de cada parcela, tratando-se da 2ª parcela a incidência ocorrerá no mês de dezembro, competência 12, conforme o artigo 15 da Lei nº 8.036/90.

**IRRF:** A 2ª parcela terá incidência do imposto de renda sobre o valor integral do 13º salário, nos termos do artigo 16, inciso II, da Lei nº 8.134/90.

Fonte: Econet, Decreto nº 10.854/2021 e Decreto nº 57.155/65

Texto: Giane Lutkemaier  
Departamento Pessoal

## Acompanhe as facilidades que os clientes Sollução tem

*Quer ficar sempre em dia com as principais notícias do mundo dos negócios? Então não perca mais tempo!*

*Acompanhando os perfis das redes sociais Sollução você fica sempre informado sobre as mudanças e novidades no mundo corporativo.*



**Aluguel (indicador Outubro/22)**

IPC (IEPE)	8,99
INPC (IBGE)	7,19
IPC (FIPE/USP)	8,20
IGP-DI (FGV)	7,94
IGP-M (FGV)	8,25
IPCA (IBGE)	7,17
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	7,57

Válido para imóveis residenciais e não residenciais com período anual.  
Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses.  
Fonte: Jornal do Comércio, 20/10/2022

**Tabela Progressiva IRPF**

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: Jornal do Comércio, 20/10/2022

**Obrigações com Vencimento no mês de Novembro / 2022**

**Empresas optantes pelo Simples Nacional**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	7	Salários
7	7	FGTS
7	7	DAE Empregador Doméstico
15	16	INSS - Contribuinte Individual/ Segurado Facultativo
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
20	18	FUNRURAL
20	18	DCTFWEB
20	18	IRRF - Sobre Aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento
20	21	ISS - Retido Carazinho
20	21	Simples Nacional
23	23	ICMS - Diferencial de Alíquotas
25	25	PIS - Faturamento / Folha de Pagamento
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	Adiantamento do 13º Salário
30	30	Parc. Simples Nacional
30	30	Parc. federais em geral

**Salário Mínimo**

Nacional	R\$ 1.212,00
Regional/RS R\$ 1.305,56*	Regional/SC R\$ 1.416,00*
Regional/RS R\$ 1.335,61*	Regional/SC R\$ 1.468,00*
Regional/RS R\$ 1.365,91*	Regional/SC R\$ 1.551,00*
Regional/RS R\$ 1.419,86*	Regional/SC R\$ 1.621,00*
Regional/RS R\$ 1.654,50*	

\*(Cada faixa atende categorias específicas)

Fonte: Jornal do Comércio e sc.gov.br, 20/10/2022

**Contribuições ao INSS**

Salário de Contribuição	%
Até um salário mínimo R\$ 1.212,00	7,50
De R\$ 1.212,01 a R\$ 2.427,35	9,00
De R\$ 2.427,36 a R\$ 3.641,03	12,00
De R\$ 3.641,04 a R\$ 7.087,22	14,00

Fonte: Jornal do Comércio, 20/10/2022

**Salário Família**

Até R\$ 1.655,98	R\$ 56,47
Acima de R\$1.655,98 não tem direito	

Fonte: Jornal do Comércio, 20/10/2022

**Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	7	Salários
7	7	FGTS
7	7	DAE Empregador Doméstico
9	9	ICMS Substituição Tributária
12	14	ICMS Próprio - Comércio
12	14	ICMS Próprio - Industrial
15	16	INSS - Contribuinte Individual/ Segurado Facultativo
20	18	Contribuições Retidas na fonte (CRF) - 4,65%
20	18	IRRF - Sobre Aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento
20	18	FUNRURAL
20	18	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas
20	18	DCTFWEB
20	21	ISS - Retido Carazinho
25	25	IPI
25	25	PIS e COFINS
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	Adiantamento do 13º Salário
30	30	CSLL e IRPJ Mensal
30	30	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
30	30	Parc. federais em geral

**Cartão Ponto**

Os estabelecimentos que possuem mais de 20 empregados estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente.

Lembrando que de acordo com a Portaria MTE 2.686/2011, para empresas que utilizavam ponto eletrônico, devem se adequar às novas orientações e aparelhos. Orientamos também às empresas com menos de 20 funcionários que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

**Nf's Emitidas por Optantes pelo Simples**

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação: I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional; II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

**ICMS no Simples Nacional**

A empresa vendedora optante do regime Simples Nacional, pode gerar crédito para empresa compradora da categoria geral desde que seja informado dentro do XML da nota, nas TAGs: <CSOSN>, <pCredSN> e <vCredICMSN> cfe (RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, de 2018, Art. 60, §5º).

O percentual se refere à média de ICMS pago pela empresa no momento de recolhimento do Simples Nacional, enquanto se mantiver nesse regime.

Este percentual deve ser consultado mensalmente no Portal da Solução na área Fiscal> Consulta Alíquota Simples N.

**Avisos importantes**

**Departamento Pessoal**

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionário iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24h do afastamento;
- Solicitações de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitações de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.

A Solução Contabilidade sempre preocupada com o meio ambiente, adota medidas para fortalecer a natureza, uma delas é a utilização de papel reciclável para o informativo.



**Política da Qualidade:**

A Solução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.